



ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH DO COREAÚ

10 Ao décimo quinto dia de junho de dois mil e dezesseis, realizou-se a trigésima quinta reunião
11 ordinária do comitê da bacia do Coreaú, com início as nove horas da manhã, no Parque de
12 Exposições João Passos Dias, localizado na CE -362, no município de Sobral com o objetivo de
13 discutir e deliberar sobre a seguinte pauta: 09:00- Informes: Encontro Nacional de Comitês de
14 Bacia; 09:30 Leitura e aprovação da ata da última reunião; 09:45 Apresentação da situação hídrica
15 dos reservatórios da Bacia do Coreaú; 10:15 Definição dos parâmetros de operação dos
16 reservatórios para o período 2016-2017; 11:15 -Definição do calendário das reuniões de alocação de
17 água dos açudes da Bacia do Coreaú; 11:40- Encaminhamentos/Deliberações; 12:40 Encerramento.
18 A reunião contou com a participação das seguintes instituições e seus representantes: Marcos
19 Antônio Monteiro- titular da EMATERCE; Fernando Cela Pinto- titular do IBAMA; Êmerson Pinto
20 Moreira - titular da prefeitura municipal de Coreaú; Orlando Lima Fernandes - titular da câmara
21 municipal de Uruoca; Francisco Inácio de Brito - titular do Sindicato dos Trabalhadores e
22 Trabalhadoras Rurais de Mucambo; Irismar Azevedo Filho - representando a CAGECE de Sobral;
23 Rosimeire Felício Nogueira titular da SEMACE; José Amaro dos Santos representante do DNOCS;
24 Francisco Humberto Souza Bezerra titular do Instituto Chico Mendes de Conservação da
25 Biodiversidade – ICMBIO; Edilson dos Santos Vasconcelos titular da Câmara Municipal de
26 Marco; Francisco Benício da Silva titular da ADECUBA; Benedito Francisco Moreira Lourenço
27 titular da Fundação CIS; Francisco das Chagas de Carvalho titular do sindicato de trabalhadores
28 rurais de Chaval; José Alcírio Fonseca suplente da Associação comunitária Força Unida do Panacuí;
29 Antônio Pereira da Costa titular da associação comunitária São Bernardo e Desterro. Estiveram
30 presentes os técnicos da COGERH Sobral, Bartolomeu Almeida, Kamylle Prado, Patricia Frota e
31 Adriana Gondim, como também o técnico da COGERH de Fortaleza Mateus Perdigão. A reunião
32 foi presidida pelo presidente do Comitê da bacia do Coreaú, Francisco Inácio de Brito, tendo a
33 técnica, o qual fez abertura e uma saudação a todas pessoas presentes e colocando sua preocupação
34 com a situação de escassez hídrica, como também com a baixa participação dos integrantes do
35 comitê nessa reunião. Falou do período crítico pelo qual passará o município de Fortaleza, com o
36 racionamento e a implementação de uma taxa-extra de contingência par forçar a economia de água
37 na cidade. Este também informou sobre o Encontro Nacional de Bacias a se realizar na cidade de
38 Salvador-BA, no qual contará com sua participação e do sr. José Pinto representando a bacia do
39 Coreaú. Ressaltou também que irá apresentar a experiência das cisternas de placas para captação de
40 água para o consumo humano e para produção. Outra questão apresentada pelo Sr. Francisco Inácio
41 foi a necessidade de se eleger um membro da diretoria do comitê para substituir a vacância da Sra.
42 Tereza Cristina Rios -1ª Secretária, haja vista a sua saída, nesse momento o Sr. José Pinto sugeriu o
43 nome do Sr Marcos Antônio Monteiro Freitas da empresa de assistência técnica e extensão Rural-
44 EMATERCE, escritório de Camocim para assumir o cargo de 1º secretário, o qual foi aprovado pela
45 assembleia. Foram apresentados os novos membros indicados pelas suas instituições que seriam:
46 Amaro dos Santos – DNOCS e o Sr. Edilson da Câmara de Marco. Em seguida o Sr. Inácio passou a
47 palavra para a coordenadora de Gestão da COGERH, Kamylle Prado para que esta desse
48 continuidade a reunião, esta colocou a dificuldade de pessoal na COGERH para a realização do
49 trabalho e acertou a reunião para o dia 16 de junho de 2016 as 08:30 horas na sede da COGERH em
50 Sobral para a discussão do projeto de lei de conservação e recuperação dos mananciais do estado do
51 Ceará. Benedito Francisco Moreira Lourenço informou que no dia 24 de junho de 2016 haverá um
52 seminário que acontecerá na Câmara Municipal de Frecheirinha, para o encerramento do Projeto

53 Fundo do Clima, do qual participou a Fundação CIS, e que implicou na criação de uma cooperativa,
54 e em um plano de manejo na região de Coreaú, como também na produção do vídeo. O Sr. Orlando
55 Lima Fernandes fez a leitura da ata da última reunião ordinária, que após algumas correções foi
56 aprovada. Em seguida, Kamyille fez uma breve explanação acerca da definição dos parâmetros de
57 operação dos sistemas hídricos, para servir de parâmetro às reuniões de alocação de água. Em
58 seguida, passou a palavra para a Coordenadora do núcleo de operação da COGERH, Patrícia Frota
59 para que esta fizesse a apresentação da situação hídrica dos reservatórios da Bacia do Coreaú e para
60 a definição dos parâmetros de operação dos reservatórios para o período 2016-2017. Patricia deu
61 início a apresentação dos cenários, através do principal reservatório da bacia, o açude Angicos.
62 Nesse momento o gerente da COGERH Sobral, Sr. Manuel Bartolomeu Gomes de Almeida pediu a
63 palavra para ressaltar a importância do envolvimento de todos os gestores públicos municipais para
64 que estes impeçam os barramentos no curso da água, os quais alteram a quantidade de água ao final
65 do trajeto acordado na alocação. Irismar Azevedo da CAGECE perguntou para Bartolomeu quem
66 teria o poder para impedir e/ou destruir esses barramentos. Bartolomeu respondeu que seria a
67 Secretaria de Recursos Hídricos - SRH e o Ministério Público, mas que são necessários laudos
68 técnicos atestando a infração para que o ministério público tenha provas e se possa encaminhar
69 processos e ações. Nesse momento Patrícia Frota fez um esclarecimento de que a COGERH não
70 tem poder de polícia para apreender qualquer equipamento impróprio em que seu uso implique na
71 qualidade da água, como também em derrubar os barramentos. Irismar disse que compreende as
72 diferentes competências das instituições nesse caso mas acredita que a COGERH deve está na
73 frente, tomando a iniciativa de solicitar e articular os órgão responsáveis. Bartolomeu disse também
74 que a COGERH vai se antecipar e realizar diagnóstico sobre essa situação e encaminhar para a
75 Secretaria de Recursos Hídricos e Ministério Público. Benedito sugeriu que se fizesse reunião com
76 o Ministério Público e entidades ligadas ao meio ambiente para discutir essas ilegalidades, como é o
77 caso dos barramentos. Dessa forma ficou encaminhado que o comitê deve fazer uma reunião
78 extraordinária para discutir a questão dos barramentos e/ou impedimentos ao longo do trajeto da
79 água para o abastecimento, com o Ministério Público Estadual e órgão ambientais. Outra
80 deliberação é para a COGERH realizar com urgência o diagnóstico dos barramentos que
81 compreendem o trecho do Açude Angicos, açude este que teve prejudicada a eficiência de sua
82 liberação. Fernando Cela sugeriu que se convidasse o Ministério Público a se fazer presente em um
83 barramento logo após a liberação da água, para que este constatasse *in loco* a ilegalidade e assim se
84 procederia a retirada do barramento ou o rebaixamento. E disse que não é preciso de burocracia
85 para resolver algo que é ilegal. Que com uma máquina se retiraria, com uma ação imediata, em
86 virtude da falta d'água no leito do rio ser algo emergencial. Bartolomeu e Patrícia explicam que é
87 preciso de todo um processo administrativo e legal para fazer esse tipo de intervenção. Sr. Irimar diz
88 que as instituições trabalhando isoladamente não funciona, pois leva muito tempo, em virtude das
89 dificuldades e debilidades das instituições. Mas que a reunião conclamando o Ministério Público é
90 essencial. E completa falando da necessidade de se ter o Ministério Público como membro nato do
91 CBH, e pede que seja avaliada essa proposta. Por fim, diz que é preciso se ter uma noção da ação e
92 da amplitude de responsabilidades do CBH e da COGERH para que se possa entender o que
93 compreende a gestão. Humberto, representante do ICMBIO diz que os promotores e procuradores
94 possuem uma visão superficial desse tipo de questão e que é preciso orientá-lo. Emerson Pinto se
95 prontificou de pegar os projetos originais dos barramentos para ver se condiz com a estrutura atual e
96 se responsabilizou de marcar reunião com a Promotora do município de Coreaú e Moraújo para
97 discutir ações a serem realizadas. Ficou portanto o compromisso de se realizar essa audiência com a
98 Promotora, na segunda feira, com as informações já compiladas pela COGERH para traçar as ações
99 e tomada de providência antes da reunião de alocação do reservatório, com a presença da COGERH
100 e os seguintes representantes do CBH: Orlando Lima, Fernando Cela, Inácio de Brito e Bartolomeu
101 Almeida. Antes dessa data, ficaria o Sr. Emerson Pinto responsável por entregar o levantamento da
102 situação das passagens molhadas. Bartolomeu ressalta que esse ano o Angicos possui água para
103 abastecer os municípios de Uruoca e Senador Sá, Moraújo e Coreaú, perenizando até a barragem do
104 Jordão, mas é preciso regularizar os barramentos, e trabalhar em conjunto Prefeituras, COGERH e

105 Cagece. O trecho é de quase 50 km e precisa ser trabalhado para que as perdas sejam minimizadas
106 de forma que não se impacte o volume do reservatório. O Sr. Zé Pinto falou da impossibilidade de
107 atendimento de Coreaú pelo rio, em virtude da retirada da adutora. O Sr. Irismar explicou que essa
108 foi redirecionada para outro município com urgência, pois Coreaú havia a possibilidade de ser
109 abastecido através de poços, apesar de que esses precisam ser interligados ao sistema. Mas afirma
110 que, realmente, hoje o sistema mais frágil é de Coreaú, entre os cinco municípios que eram
111 abastecidos pelo Angicos, pois as possibilidades são: o açude Várzea da Volta ou poços. Foi
112 aprovada uma faixa de operação de 220 a 380 l/seg para o Angicos. Dessa demanda 30 l/seg para
113 Frecheirinha e a demanda dos municípios de jusante 40 l/seg, porém existem as perdas pela
114 perenização do rio. O Comitê no entanto colocou que as operações do Angicos devem ser feitas na
115 seguinte perspectiva: retiradas de bombas, regularização de usuários e de estruturas hidráulicas. Foi
116 informado que entre Tapera e Araquém há um cultivo de bananeira por inundação que consome
117 água da perenização que precisa ser avaliado. Que há também 7 ha de mamão irrigado na agrovila.
118 Para o açude Diamante foi aprovada uma intervalo de 5 a 10 l/seg para o abastecimento humano de
119 Araquém, Arapá e Agrovila do Angicos e captação para irrigação a montante. Foi explicado que em
120 2014 abriu-se o reservatório com o intuito de suas águas incrementarem o Angicos e para atender a
121 necessidade da agrovila. Foram dois meses de operação máxima. Os presentes informaram que
122 estão sendo criados os sistemas de Mota e Feitoria para abastecimento humano a partir do açude. O
123 projeto seria da FUNASA. Foi solicitado que fosse visitado o projeto de irrigação de Feitoria para
124 que o mesmo seja regularizado. Para o açude Gangorra foi verificada uma demanda de 70 l/seg para
125 abastecimento humano de Granja e da Agrovila. Destacou-se a operação que tem sido feita de forma
126 mais eficiente, já que antes durava a liberação água 7 a 8 dias para o atendimento da demanda e
127 que agora apenas 5 a 6 dias, levando a uma boa economia. Apenas uma questão de observação.
128 Quando faltam 20 cm para a barragem de Granja (onde é captada água) sangrar, manda-se fechar a
129 tomada d'água. Bartolomeu informa que esse ano deseja realizar uma intervenção no rio para que
130 não mais precise encher a baixa no rio para seguir caminho ao abastecimento de Granja. Foi
131 aprovada uma faixa de 80 a 160 l/seg para o Gangorra. Falou-se que além dessa demanda existe a
132 irrigação de 5 ha do projeto da Agrovila, que deve ser expandido para 15 ha e a demanda a ser
133 acrescentada da Santa Terezinha (captação de 10 h/dia para 300 famílias – vazão de 1,8 l/seg).
134 Do Itaúna foram apresentados alguns dados históricos da operação em que mostrou-se que em 2014
135 liberou-se mais água que a demanda, devido a necessidade em se fazer reparos na estrutura do
136 reservatório. Foi aprovada uma faixa de mínimo de 35l/s e máximo 90l/s; Com relação ao açude de
137 Martinópolis, Bartolomeu disse que há muitos vazamentos na adutora e solicitou que a CAGECE
138 faça a fiscalização na adutora. Foi aprovado apenas a vazão para o abastecimento humano do
139 município, de 15 l/seg. Dr. Irismar diz também que há muitas perdas em virtude da necessidade de
140 muitas lavagens de filtro, em virtude da qualidade da água. Sobre o Trapiá III foi aprovada uma
141 faixa de 12 a 25 l/seg. Mostrou-se que o realizado foi maior que o simulado do ano passado.
142 Segundo o Sr. Benício isso deve-se ao número de cataventos que estão retirando água para a
143 localidade do Caia. Devem ser regularizados esses usuários. Para o Tucunduba verificou-se que a
144 demanda é pequena, porém grande a perda por evaporação. Informou-se que foi descartada a
145 possibilidade de se fazer adutora do açude para abastecer Senador Sá e Uruoca. Foi macromedida a
146 demanda local, que é de comunidades (Feijão Bravo, Juremal, Panacuí e Serrota) que é de 5 l/seg.
147 Foi aprovada uma faixa de mínimo 10l/s e máximo 50l/s. Deixou-se claro a impossibilidade de se
148 liberar água, posto que o material da ensecadeira não ter sido retirado após a recuperação da
149 estrutura do reservatório. Amaro informou que deverá ser construída uma ETA na área de captação
150 do SISAR. Que autorização solicitada ao DNOCS foi concedida. Sobre o Várzea da Volta, Patrícia
151 relatou as visitas realizadas no açude com o fim de coibir a pesca predatória, para atender a
152 demanda encaminhada pela CAGECE. Mas diz que a COGERH apenas pode orientar, pois não tem
153 competência para fiscalizar a pesca. Amaro informa que também não é de competência do DNCOS,
154 porém que é atribuição do vigilante do açude em informar e acionar os órgãos competentes. Irismar
155 diz que o impacto da pesca com batido vai levar ao colapso no abastecimento d Coreaú mais
156 rapidamente. Amaro diz que pode-se buscar o Ministério Público para que ele acione os órgãos

157 responsáveis. Benedito diz que por negligência dos órgãos o açude está nessa situação. E que a
158 saída é uma ação com vários órgãos, tirando a população da zona de conforto. E destaca o batido
159 como uma pesca criminosa, inclusive quando distante do ponto de captação do açude. E observa
160 que ações apenas emergenciais não resolvem. Ficou definido que seria também acionada a
161 Promotoria para tratar dessa questão. Por fim o Sr Inácio agradeceu a todas as pessoas presentes e
162 encerrou a reunião. Nada havendo mais a tratar, foi lavrada a presente ata que, lida e achada
163 conforme, vai assinada pelos membros do Comitê de bacia hidrográfica do Coreaú.